

**REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICAS PÚBLICAS
BRAZILIAN JOURNAL OF PUBLIC POLICY**

Editorial

Bruno Amaral Machado
Camilla de Magalhães Gomes
Soraia Mendes

**VOLUME 10 • Nº 2 • AGO • 2020
GÊNERO, RAÇA E DIREITO – ARTICULAÇÕES
EMPÍRICAS E EPISTEMOLÓGICAS**

Sumário

EDITORIAL	17
Bruno Amaral Machado, Camilla de Magalhães Gomes e Soraia Mendes	
SEÇÃO I: CONVIDADO ESPECIAL	19
AUTONOMIA PESSOAL, DESTINO, JULGAMENTOS E INSTITUIÇÕES NO BRASIL: NOTAS SOBRE UMA PERGUNTA E ALGUMAS RESPOSTAS	21
Luiz Edson Fachin	
SEÇÃO 2: DOSSIÊ TEMÁTICO	40
PARTE GERAL: ASPECTOS TEÓRICOS	41
RAÇA E ESSENCIALISMO NA TEORIA FEMINISTA DO DIREITO	43
Angela P. Harris, Tradução de Camilla de Magalhães Gomes e Ísis Aparecida Conceição	
POLÍTICAS DA MORTE: COVID-19 E OS LABIRINTOS DA CIDADE NEGRA	75
Ana Flauzina e Thula Pires	
QUEM PARIU AMÉFRICA?: TRABALHO DOMÉSTICO, CONSTITUCIONALISMO E MEMÓRIA EM PRETUGUÊS	94
Juliana Araújo Lopes	
O LIXO VAI FALAR: RACISMO, SEXISMO E INVISIBILIDADES DO SUJEITO NEGRO NAS NARRATIVAS DE DIREITOS HUMANOS	125
Ciani Sueli das Neves	
DIREITOS HUMANOS, DECOLONIALIDADE E FEMINISMO DECOLONIAL: FERRAMENTAS TEÓRICAS PARA A COMPREENSÃO DE RAÇA E GÊNERO NOS LOCAIS DE SUBALTERNIDADE	143
Rute Passos, Letícia Rocha Santos e Fran Espinoza	
DIREITO, RAÇA E GÊNERO: ELEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA TEORIA FEMINISTA DO DIREITO ADEQUADA AO FEMINISMO NEGRO	174
Mário Lúcio Garcez Calil e Debora Markman	
“NEGRAS VADIAS”: A CRIMINALIZAÇÃO DO CORPO NEGRO QUE OUSA PROTESTAR	197
Soraia da Rosa Mendes e Bruno Amaral Machado	
A EXPERIÊNCIA DO ABAETÊ CRIOLO COMO AÇÃO DE ENFRENTAMENTO A DESIGUALDADES DE GÊNERO E RAÇA: UMA ANÁLISE DE DISCURSO SOBRE INTERSECCIONALIDADE E FEMINISMO NEGRO	213
David Oliveira e Thalita Tertó Costa	

ENTRE A AUSÊNCIA E O EXCESSO: A ATUAÇÃO DO ESTADO SOBRE CORPOS DISSIDENTES	230
Dayane do Carmo Barretos, Klelia Canabrava Aleixo e Vanessa de Sousa Soares	
SILÊNCIOS E MITOS NUMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL: DO CONTROLE INFORMAL DE CORPOS AO CONTROLE PENAL DE MULHERES NEGRAS	248
Elaine Pimentel e Nathália Wanderley	
MINISTÉRIO PÚBLICO E DOMÍNIO RACIAL: POUCAS ILHAS NEGRAS EM UM ARQUIPÉLAGO NÃO-NEGRO	267
Saulo Murilo de Oliveira Mattos	
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ARTICULAÇÃO DE GÊNERO E RAÇA: MEIOS PARA GARANTIR A REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA E JURÍDICA DA MULHER NEGRA NO BRASIL.....	296
Mariana Dionísio de Andrade e Eduardo Régis Girão de Castro Pinto	
PARTE ESPECÍFICA: INCIDÊNCIAS CONCRETAS.....	317
REIMAGING THE POLICING OF GENDER VIOLENCE: LESSONS FROM WOMEN’S POLICE STATIONS IN BRASIL AND ARGENTINA.....	319
Kerry Carrington, Melissa Bull, Gisella Lopes Gomes Pinto Ferreira e María Victoria Puyol	
NECROBIOPOLÍTICA DE GÊNERO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: O FEMINICÍDIO EM TEMPOS DE FASCISMO SOCIAL	340
Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth e Joice Graciele Nielsson	
VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES QUILOMBOLAS: UMA REFLEXÃO SOBRE A APLICAÇÃO DE UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL À LUZ DA IDEIA DE CONTRAPÚBLICOS SUBALTERNOS DELINEADA POR FRASER.....	360
Maria Eugenia Bunchaft, Leonardo Rabelo de Matos Silva e Gustavo Proença da Silva Mendonça	
POLÍTICAS PÚBLICAS DE PREVENÇÃO AO FEMINICÍDIO E INTERSECCIONALIDADES.....	384
Thiago Pierobom de Ávila, Marcela Novais Medeiros, Cátia Betânia Chagas, Elaine Novaes Vieira, Thais Quezado Soares Magalhães e Andrea Simoni de Zappa Passeto	
DIREITO DE VIVER SEM VIOLÊNCIA: PROTEÇÃO E DESAFIOS DOS DIREITOS DAS MULHERES INDÍGENAS NO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS	417
Julia Natália Araújo Santos e Felipe Rodolfo de Carvalho	
ANÁLISE DE GÊNERO E DE CRUZAMENTOS INTERSECCIONAIS DE UM PROGRAMA PARA AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES	441
Mariana Fernandes Távora, Dália Costa, Camilla de Magalhães Gomes e Adriano Beiras	
CONTROLE PENAL DA LOUCURA E DO GÊNERO: REFLEXÕES INTERSECCIONAIS SOBRE MULHERES EGRESSAS DA MEDIDA DE SEGURANÇA NO RIO DE JANEIRO.....	468
Bruna Martins Costa e Luciana Boiteux	

ONDE ESTÃO NOSSOS DIREITOS? O CAMPO FEMINISTA DE GÊNERO BORDADO PELAS MULHERES ATINGIDAS POR BARRAGENS	490
Tchenna Fernandes Maso e Tchella Fernandes Maso	
OS SEGREDOS EPISTÊMICOS DO DIREITO DO TRABALHO	520
Flávia Souza Máximo Pereira e Pedro Augusto Gravatá Nicoli	
REFORMA TRABALHISTA E DESIGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA JURÍDICA E ECONÔMICA	546
Natalia Branco Lopes Krawczun, Magno Rogério Gomes e Solange de Cassia Inforzato de Souza	
A COLONIALIDADE DO PODER NA PERSPECTIVA DA INTERSECCIONALIDADE DE RAÇA E GÊNERO: ANÁLISE DO CASO DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS NO BRASIL	565
Daphne de Emílio Circunde Vieira Andrade e Maria Cecília Máximo Teodoro	
COMPETIÇÃO POLÍTICA E DESIGUALDADES DE GÊNERO NAS ELEIÇÕES PARA ASSEMBLEIAS ESTADUAIS EM 2018	587
Lígia Fabris Campos, Décio Vieira da Rocha, Leandro Molhano Ribeiro e Vitor Peixoto	
DISCRIT: OS LIMITES DA INTERSECCIONALIDADE PARA PENSAR SOBRE A PESSOA NEGRA COM DEFICIÊNCIA	612
Philippe Oliveira de Almeida e Luana Adriano Araújo	
SEÇÃO III: TEMAS GERAIS	642
LA CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. HERMENÉUTICA DEL DERECHO AL MEDIO AMBIENTE SANO, A LA IDENTIDAD CULTURAL Y A LA CONSULTA, A LA LUZ DE LA SENTENCIA “LHAKA HONHAT (NUESTRA TIERRA) VS. ARGENTINA” (2020)	644
Juan Jorge Faundes Peñafiel, Cristobal Carmona Caldera e Pedro Pablo Silva Sánchez	
LA RESPUESTA INSTITUCIONAL FRENTE A LA TRATA DE PERSONAS EN EL ESTADO DE CHIHUAHUA. UN ANÁLISIS DE POLÍTICA PÚBLICA	676
Martha Aurelia Dena Ornelas	
COMUNIDADES QUILOMBOLAS, RACISMO E IDEOLOGIA NO DISCURSO DE JAIR BOLSONARO: ESTUDO CRÍTICO DOS DISCURSOS POLÍTICO E JUDICIAL	700
Ricardo de Macedo Menna Barreto e Helena Mascarenhas Ferraz	
O PRINCÍPIO GERAL DA BOA ADMINISTRAÇÃO NO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PORTUGUÊS. PISTAS DE INVESTIGAÇÃO	724
Ana Melro	

Editorial

Bruno Amaral Machado
Camilla de Magalhães Gomes
Soraia Mendes

Quando lançamos a chamada para o Dossiê que agora apresentamos, nossos propósitos consistiam na ampliação da discussão sobre gênero e/ou feminismo no Direito para além de discussões sobre “direitos das mulheres”, “feminismo jurídico”, “feminismo judiciário” e, particularmente, discussões sobre o gênero como categoria jurídica de produção, análise, interpretação e pesquisa jurídicas. Acreditamos, portanto, que a discussão sobre o tema não é completa, se dissociada da articulação dessa categoria de análise com aquela da raça. Para isso, buscávamos produções que investissem nesses entrelaçamentos, seja de modo teórico ou por meio de pesquisas empíricas, a fim de conformar publicação que pudesse reunir vozes de importantes pessoas pesquisadoras que têm atuado nessa ampliação do campo a que nos referimos.

O resultado final não poderia ser mais satisfatório e, certamente, nos é motivo de orgulho. As contribuições foram muitas e a seleção dos artigos foi, sem dúvida, um processo difícil, verdadeiro desafio que evidenciou o quanto o tema tem despertado interesse e produções acadêmicas de excelência. Com isso, esperamos que o Dossiê possa estimular novos debates e inspirar outras publicações jurídicas e interdisciplinares que apostem na articulação que nos guia.

Assim, trazemos a vocês, pessoas leitoras, um conjunto de 26 artigos que dividimos de forma a apresentar, na primeira parte, os textos que trouxeram aportes teóricos sobre Raça e Gênero no ou para o Direito e, assim, ali estão reunidas as produções que investem em reflexões teóricas que se orientam pelas relações entre raça e gênero nos direitos humanos, na Teoria Feminista do Direito, no constitucionalismo, na criminologia, nas políticas públicas e nas instituições jurídicas, em especial, o Ministério Público. Destacamos, nessa Parte Geral, o texto que abre o dossiê, Raça e essencialismo na Teoria Feminista do Direito, da Professora Angela P. Harris, traduzido ao português, estudo que já é referência no campo e, ainda, o texto “Políticas da morte: covid-19 e os labirintos da cidade negra”, das autoras convidadas, Ana Luiza Pinheiro Flauzina e Thula Rafaela De Oliveira Pires. Certamente, a divisão também foi para nós desafiadora, pois algumas das pesquisas que integram a parte introdutória também se valeram de ferramentas de pesquisa empírica. Entendemos, por outro lado, que a marca principal desse conjunto de textos é o debate teórico e epistemológico que as autoras e autores nos interpelam com base em distintas estratégias discursivas e técnicas de pesquisa.

Na segunda Parte, Incidências específicas, distribuímos os textos que se destacam pelo uso de metodologias e técnicas de pesquisa empíricas na análise de distintos âmbitos de interesse nas políticas públicas, bem como incidências concretas nas intersecções aqui tematizadas e, nesse ponto, enfatizamos que a diversidade constitui marco do Dossiê. A nossa divisão obviamente supõe escolhas e explicitam a nossa forma de leitura. Conjunta, diversa, estimulante e nem sempre unânime, de um material rico que, cer-

tamente, vai muito além das fronteiras de quaisquer taxonomias e até mesmo da nossa lente que propõe enquadramentos e classificações. Os estudos são teoricamente sólidos e nos sugerem múltiplas reflexões epistemológicas, devemos reconhecer. As produções circulam pelo campo penal (com estudos sobre violência de gênero de modo geral e de modo específico contra mulheres indígenas e contra mulheres quilombolas, com discussões sobre feminicídio, sobre o controle penal da loucura), pelo campo das políticas públicas (com análises de diferentes políticas no enfrentamento à violência de gênero sob perspectiva interseccional), pelo direito do trabalho (tematizando questões como a reforma trabalhista, o trabalho doméstico, dentre outras) e, ainda, discussões de direito eleitoral e de direitos das pessoas com deficiência. Além disso conta, como destaque, com texto das também autoras convidadas Kerry Carrington, Melissa Bull, Gisella Lopes Gomes Pinto Ferreira e María Victoria Puyol, “Reimagining the policing of gender violence: lessons from women’s police stations in Brazil and Argentina”.

Antes que você pessoa leitora conheça os trabalhos que reunimos, não podemos desconsiderar — quando lançamos a chamada para o Dossiê, que você agora tem em mãos — que vivíamos outro momento. No momento de alegria em que publicamos um trabalho final que tanto nos é caro, vivemos um momento afetivo em razão da pandemia da COVID-19 no mundo. Contexto que, entre tantos efeitos, aprofunda e agrava as desigualdades, vulnerabilidades, precariedades e violências nos marcos de raça, gênero e classe. Uma realidade que desperta, em cada um de nós, sentimentos e desejos que, como editoras e editor desse Dossiê, esta publicação possa colaborar para a afirmação da importância dos estudos de gênero e raça no campo jurídico.

Boa Leitura!

Para publicar na revista Brasileira de Políticas Públicas, acesse o endereço eletrônico www.rbpp.uniceub.br
Observe as normas de publicação, para facilitar e agilizar o trabalho de edição.